


Arguido: 

ACÓRDÃO

Acordam os membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem:



1. Relatório

No dia 3 de Março de 2010, o Sr. Presidente do Conselho de Disciplina (CD) da Federação Portuguesa de Canoagem (FPC), à data em exercício, decidiu instaurar processo disciplinar para averiguar factos relativos à “Volta à Madeira 2009 em Canoa”, participados pela Direcção da FPC ao CD a 18 de Fevereiro de 2010 (fls. 2).

O processo foi autuado com suporte digital CD, que contém relatório, comunicado do Conselho Nacional de Arbitragem (CNA) de 22 de Agosto de 2009 e gravação da entrevista dada pelo arguido à RTP Madeira.

Na mesma data, como instrutor, foi nomeado o Sr. Dr. Bruno Leite Carvalho (fls. 2).

No dia 15 de Maio de 2011, portanto, mais de 1 ano e 2 meses depois da instauração do processo, o Sr. Presidente do CD da FPC, à data em exercício, proferiu o seguinte despacho:

“O instrutor nomeado nos autos – Sr. Dr. Bruno Carvalho – informou o Conselho de Disciplina que, por motivos profissionais, encontra-se indisponível para continuar a instrução do presente processo.

Neste contexto, determino a sua substituição pelo Sr. Dr. Sérgio Agostinho Ferreira, Advogado, com domicílio profissional em Vila Nova de Famalicão, o qual passa a exercer as funções de instrutor dos presentes autos disciplinares” (fls. 3).

No dia 15 de Junho de 2011, o novo Instrutor procedeu à notificação do arguido da instauração do procedimento disciplinar (fls. 4 a 6).

No dia 12 de Setembro de 2011, o Sr. Instrutor apresentou relatório final e proposta de decisão de arquivamento dos autos, por ter apurado, após contacto com os serviços administrativos da FPC, que, à data dos factos, o arguido já não se encontrava filiado na FPC (fls. 7 e 8).

2. Matéria de facto indiciada

1. [REDACTED] participou na organização da XVII Volta à Madeira de 2009.
2. Em meados de Agosto de 2009, em data não concretamente apurada, dias antes do início da “Volta à Madeira em Canoa”, [REDACTED] entrevistado pela RTP Madeira, disse o seguinte:

RTPM (Pivot) – A volta à Madeira em Canoa pode estar em risco de não acontecer por falta de árbitros. O Presidente do Conselho Nacional de Arbitragem quer ficar hospedado num hotel e não numa escola como tem oferecido a organização nas últimas edições.

RTPM (Paulo Almada) – É uma simples questão de alojamento. Todos os anos ficam instalados os árbitros, a organização assim como os atletas nas escolas, só que [REDACTED] Presidente do Conselho Nacional de Arbitros quer ficar num hotel.

Como tal, como represália, não há árbitros para fazer a prova.

[REDACTED] – *Não percebo o porquê, penso que se calhar, está-se a falar um bocado tipo de greve dos árbitros, só revanchismo, só pelo facto de o clube não garantir alojamento, é mentira, o clube garante alojamento nas escolas a todos os elementos da organização. Não percebo porquê este ano, esta questão se põe. Não sei se é porque o Presidente do Conselho Nacional dos Árbitros, auto nomeou-se para arbitrar a prova.*

Porque curiosamente, na mesma condição, o ano passado o mesmo Juiz Árbitro nomeou 13 árbitros da Região quando normalmente, por hábito são precisos 5 ou 6.

Não percebo porque é que este ano enfim, quer dizer, não há árbitros.

RTPM (Paulo Almada) – [REDACTED] diz ainda que os regulamentos que o [REDACTED] propôs há 3 anos não foram aprovados, os mesmos regulamentos que vão agora ser utilizados por [REDACTED]

[REDACTED] – *O que é curioso, e eu lembro-me por exemplo há 2 anos, nós temos um tipo de embarcação que correu na prova, que o Juiz Árbitro entendeu, o mesmo Juiz Árbitro de este ano, que vai arbitrar a prova, nessa altura não classificou a equipa Sul-Africana que participou com embarcações Surf Sky que contrariamente o ano passado e este ano classifica não havendo qualquer alteração do regulamento. Isto é que eu acho curioso, por exemplo. Isto é um pequeno apontamento*

RTPM (Paulo Almada) – Outro recado segue para a Associação Regional de Canoagem que faz da Volta à Madeira em Canoa a principal prova, mas os apoios são quase nulos

[REDACTED] – *Só poderá ser a Associação Regional de Canoagem talvez queira assumir o protagonismo e tentar de fazer maneira que a prova deixe de ser organizada pelo Clube para ser organizada pela Associação.*

Esta prova para já e quanto sei neste momento, apenas e tão só, faz parte do Calendário da Associação Regional.

Da Associação não temos qualquer apoio financeiro. Disponibiliza, obviamente um bote sem gasolina e sem timoneiro, portanto, e a tenda para funcionar o secretariado e pouco mais.

RTPM (Paulo Almada) – Há explicação para tudo isto sendo esta a maior prova de Canoagem da Madeira?

██████████ - Eu não encontro explicação. Não percebo, todos os anos tem-se feito na Madeira cursos de árbitros para ao fim de 5 ou 6 anos não haver árbitros para arbitrar a prova. Não sei se porventura consegui responder a essa pergunta.

Esta política deve estar a ser levantada por alguém que não está interessado em que o ██████████ organize a Volta à Madeira em Canoa, mas penso que a Volta à Madeira em Canoa, enquanto esta direcção do ██████████ der confiança à equipa organizativa, concerteza continuará a haver Volta à Madeira em Canoa”.

3. Fundamentação de facto

Para indicição dos factos atrás enunciados, apoiámo-nos, exclusivamente, no suporte digital junto aos autos de fls. 2, composto por gravação sonora de entrevista, comunicado do CNA e relatório.

Para além desta, não foi produzida qualquer outra prova, designadamente, testemunhal.

4. Fundamentação de direito

O presente processo disciplinar teve origem em participação efectuada pela Direcção da FPC a 18 de Fevereiro de 2010, reportando-se a factos ocorridos em meados de Agosto de 2009.

Em causa estão comportamentos e afirmações do arguido ██████████ susceptíveis de, em abstracto, configurar a prática das seguintes infracções:

- infracção grave de “actos notórios e públicos graves, que atentem contra a dignidade e ética desportivas” prevista no ponto 3.4, alínea b), do Regulamento Disciplinar da FPC (RD);

- infracção leve de “atitude, observação ou comportamento, que seja considerado ofensivo, dirigido a árbitro (...) ou outra autoridade desportiva, no exercício das suas funções” prevista no ponto 10.2, número 8, do Código de Conduta dos Praticantes da FPC – Anexo I do RD.

4a. Do âmbito de aplicação pessoal do regime disciplinar

Dispõe o ponto 1.3, número 1, do RD que “[o] regime disciplinar em matéria desportiva aplica-se a todos os agentes desportivos que desenvolvam a sua actividade no âmbito da Federação Portuguesa de Canoagem, designadamente (...) g) agentes desportivos em geral que se encontrem filiados ou sejam associados da Federação Portuguesa de Canoagem, nos termos dos Estatutos” e, acrescenta o número 2, “[a]s pessoas singulares referidas no número um, ainda que deixem de exercer funções ou

passem a exercer outras, serão sancionadas pelas faltas cometidas durante o tempo em que desempenharam as respectivas funções ou exerceram as respectivas actividades”.

Neste sentido, para que determinado agente desportivo possa ser sujeito passivo de responsabilidade disciplinar determinante é que esteja filiado na FPC *na data* da prática dos factos, ainda que no momento da decisão disciplinar já o não esteja.

Segundo consta da prova produzida nos autos, nomeadamente do relatório da prova, o arguido participou na organização da Volta à Madeira em 2009 integrando, alegadamente, o [REDACTED]

Exarou, porém, o Sr. Instrutor no seu relatório final que “após contactos com os Serviços Administrativos, da Federação Portuguesa de Canoagem, chegámos à conclusão de que o infractor, por altura da Volta à Madeira 2009, não se encontrava já filiado junto da FPC”.

Existe, assim, contradição, pelo menos aparente, entre a informação constante do relatório de competição e a informação obtida pelo Sr. Instrutor junto dos serviços administrativos da FPC, não ficando assim esclarecido, em face destas informações, em que qualidade é que o arguido interveio na organização da Volta à Madeira de 2009.

Considerando que no direito sancionatório qualquer dúvida sobre a prática dos factos deve aproveitar ao arguido, em obediência ao princípio constitucional da presunção de inocência, na falta de mais prova, deverá o processo ser arquivado, por não estar provado que, à data dos factos, o arguido era sujeito passivo de responsabilidade disciplinar (cf. ponto 1.3, número 1, alínea g), e 2 do RD).

4b. Da prescrição das infracções

Cumpra ainda destacar que os factos ocorreram em Agosto de 2009. Portanto, mais de 3 anos antes deste CD tomar posse.

Por outro lado, entre a data da prática dos factos (meados de Agosto de 2009) e a data de instauração do processo (3 de Março de 2010) decorreram quase 6 meses, sem que o processo fosse instaurado.

E, desde a data de instauração do processo (3 de Março de 2010) até à prática do primeiro acto processual – a notificação da instauração do processo ao arguido – (15 de Junho de 2011) decorreu mais 1 ano e 3 meses, aproximadamente, período durante o qual o processo esteve parado.

Por fim, desde que o relatório foi entregue pelo Sr. Instrutor (12 de Setembro de 2011) até à tomada de posse deste CD (6 de Novembro de 2012) o processo esteve novamente parado mais de 1 ano.

Neste quadro factual, mesmo que as infracções fossem consideradas provadas e que o arguido pudesse ser por elas disciplinarmente responsabilizados, não poderia este CD exigir a responsabilidade disciplinar, em virtude de as infracções estarem, há muito, prescritas, nos termos do ponto 5.8 do RD:

- “[a]s infracções disciplinares prescrevem ao fim de três anos, dois anos ou seis meses, consoante se trate de infracções muito graves, graves ou leves, começando a contar o respectivo prazo a partir da data em que a infracção foi cometida” (n.º 1); e que

- “[a] prescrição interrompe-se no momento em que é registada a instauração do procedimento disciplinar, voltando a correr o prazo se o processo permanecer parado mais de três meses por causa não imputável ao infractor” (n.º 2).

Estavam já prescritas as infracções, portanto, quando o actual Conselho de Disciplina entrou em funções, a 6 de Novembro de 2012.

*

6. Decisão

Nos termos e com os fundamentos expostos, acordam os Membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem em determinar o arquivamento dos autos.

*

Notifique.

*

Publique-se a deliberação no *site* na internet da Federação Portuguesa de Canoagem, em cumprimento do disposto pelo artigo 8º, n.º 1, al. b), do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de Dezembro, eliminando-se da publicação todos os dados pessoais relativos ao atleta, designadamente, o nome, número de licença federativa, morada, clube que representa.

*

Sem custas, nos termos do ponto 9.8. do Regulamento Disciplinar.

*

Vila Nova de Gaia, 9 de Julho de 2013

